



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS CONTINENTAIS
DAS BACIAS DO SÃO FRANCISCO, PARNAÍBA, ATLÂNTICO NORDESTE OCIDENTAL, ATLÂNTICO NORDESTE ORIENTAL E
ATLÂNTICO LESTE - CPG NORDESTE

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

Brasília/DF, 30 e 31 de agosto de 2023

1. ABERTURA

No dia 30 de agosto de 2023, às 9h00, horário de Brasília, a Coordenadora do CPG Nordeste, Sra. Ormezita Barbosa, verificou o quórum e pediu a apresentação dos membros, seguindo a ordem da Portaria MPA nº 130, de 5 de setembro de 2023.

Em seguida, apresentou a estrutura da secretaria-executiva do CPG Nordeste, sendo a Secretária-Executiva, Sra. Erina Batista, a Secretária Adjunta, Sra. Sandy Evelin Lima. Foi dado sequência aos ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo a presença, oferecendo as boas-vindas para a 1ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste - CPG Nordeste, no âmbito da Rede Pesca Brasil.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 1ª Sessão Ordinária, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- Coordenação CPG Nordeste

Senhora Ormezita Barbosa (Coordenadora)

- Secretaria-executiva do CPG Nordeste

Senhora Erina Batista Gomes (Secretária-Executiva)

Senhora Sandy Evelin Lima (Secretária Adjunta Suplente)

Senhora Letícia Fischer (Equipe de Apoio)

Senhor Yoshiaki Miyazaki (Equipe de Apoio)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Carolina Amorim da Silva Bittencourt (Suplente)

- Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (EMA/MB)

Senhor Capitão de Fragata Romivaldo Silva Vasques (Suplente)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/MMA)

Senhor Luciano dos Santos Gonçalves (Suplente)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/MMA)

Senhora Maria Rita Barreto (Titular)

- Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia (SEAGRI-BA)

Senhor José Roberto Cecconi Pantaleão (Suplente)

- Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (SEMAS-PE)

Senhora Adriana Guedes Magalhães (Titular)

- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura do Estado de Alagoas (SEAGRI-AL)

Senhora Juliana Holanda Vilela Fernandes (Ouvinte)

- Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura do Maranhão (SEPA-MA)

Senhor Patrick Souza Freire (Titular)

Senhora Georgia Braga Costa (Suplente)

- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG)

Senhor Roberto Coelho Diniz Lopes de Sousa (Suplente)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhora Lais Belsito Pestana (Suplente)

- Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Senhor Elton José de França (Suplente)

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Senhora Maria José da Silva Santos (Titular)

Senhor Genivaldo Bezerra (Suplente)

- Tribunal de Contas da União (TCU)

Senhor César Batalha de Araujo (Convidado)

Senhor Rodrigo Paulo Rodrigues da Silva (Convidado)

- Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Senhor Clarindo Pereira dos Santos (Convidado)

- Universidade Federal do Maranhão (UFMA)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

Senhor Marcelo Costa Andrade (Convidado)
Senhora Carine Gomes Moraes (Convidado)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Elis Regina Fernandes dos Santos (Ouvinte)
Senhor Matthews Rocha Mello (Ouvinte)

- Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado de Minas Gerais

Senhor Luís Gonçalves (Ouvinte)

- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Senhor Roberto Ribas Gallucci (Palestrante)

- Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa

Senhora Hellen Cristina Gomes Moya
Senhor Alyson Carvalho Cardoso

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS

3.1. APROVAÇÃO DA AGENDA

A Coordenadora Sra. Ormezita Barbosa informou que a Sessão seria conduzida conforme o seguinte sumário: 1 - Abertura; 2 - Apresentação dos Participantes; 3 - Aprovação da Agenda; 4 - Apresentação da Nova Estrutura do Ministério da Pesca e Aquicultura; 5 - Rede Pesca Brasil, Regimento Interno e Banco Técnico-Científico; 6 - Apresentação do Histórico das Reuniões do Extinto CPG Nordeste (2016-2018); 7 - Demandas Recebidas; 8 - Plano de Recuperação do Pintado; 9 - Plano de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas da Fauna Aquática do Rio São Francisco (PAN São Francisco); 10 - Informes de Registro, Monitoramento e Pesquisa; 11 - Demais Pleitos; 12 - Recomendações e Definição do Calendário de Reuniões.

Informou, ainda, que a Agenda Provisória para a 1ª Sessão Ordinária do CPG Norte havia sido encaminhada previamente à apreciação e inclusão de pauta, por parte dos membros, e que foi retirado um ponto que tratava da certificação das embarcações, pois houve mudanças nas normativas, então, entendeu-se que não seria o momento adequado para debater este assunto na presente reunião. Em seguida, submeteu a sua aprovação ao Plenário. Não havendo mais manifestações, a Coordenadora declarou aprovada a agenda da 1ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

3.2. APRESENTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Coordenadora Sra. Ormezita Barbosa apresentou o organograma que demonstra o quadro das Secretarias, bem como seus departamentos e coordenações-gerais.

O senhor Patrick Freire (SEPA-MA) sugeriu que fossem compartilhados os contatos dos servidores que compõem os cargos demonstrados no organograma, com intuito de que os membros pudessem direcionar suas demandas específicas.

3.3. APRESENTAÇÃO DA REDE PESCA BRASIL, REGIMENTO INTERNO E BANCO TÉCNICO-CIENTÍFICO

A Coordenadora Sra. Ormezita Barbosa realizou a apresentação da Rede Pesca Brasil detalhando o decreto que a instituiu e seu regimento interno, a saber: o Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021 e a Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022, respectivamente. Em síntese, comentou sobre os 10 (dez) comitês em curso no âmbito do MPA, seus objetivos e sobre a possível reestruturação da sua normativa que recebe apontamentos de melhoria desde o governo de transição. Além disso, devido ao novo processo de gestão compartilhada, essa tramitação tem sido debatida também com o MMA por meio de alguns fóruns de discussão institucionais.

Foi apresentada a linha do tempo de toda trajetória dessa rede, bem como da publicação do Edital de Chamamento Público nº 3, de 23 de fevereiro de 2022, que selecionou as instituições da sociedade envolvidas com a atividade pesqueira para o provimento das vagas dos CPGs, e que resultou nos integrantes de cada CPG da Rede Pesca Brasil para o quadriênio de 2022 a 2026 e, ainda, do Edital de Chamamento nº 4, de 28 de março de 2022, em que realiza a seleção, em fluxo contínuo, de pesquisadores, técnicos e profissionais de notório saber para compor o banco técnico-científico (BTC) da Rede Pesca Brasil, cujos selecionados foram divulgados por meio de portarias SAP/MAPA, de forma a subsidiar as demandas discutidas dentro dos CPGs. Foi comentado que as atividades da Rede Pesca se iniciaram em 2022, mas não foi possível realizar a primeira reunião ordinária para certos CPGs conforme o calendário previamente elaborado, então algumas dessas reuniões foram retomadas em 2023. Os tópicos trabalhados na exposição da Coordenadora, contemplaram ainda a composição, convocação, designação,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

sessões, recomendações, mandato, participação e demais atribuições da Rede Pesca Brasil. Além disso, foram apresentadas as regras para participação de convidados e do funcionamento do Grupo Técnico Científico. Atualmente, o GTC do CPG Nordeste contém indicações de 7 (sete) pesquisadores, 2 (técnicos) e nenhuma indicação de profissionais de notório saber, dessa forma, foi incentivado que as organizações possam estimular pesquisadores e técnicos para que possam fazer parte do GTC.

O senhor Patrick Freire (SEPA-MA) perguntou se os membros poderiam fazer indicações de pesquisadores para compor o grupo técnico. Foi respondido que o edital de entrada está permanentemente aberto e foi disponibilizado o link para acesso, para que os membros possam socializar a informação com suas redes de contato.

3.4. APRESENTAÇÃO DO HISTÓRICO DAS REUNIÕES DO EXTINTO CPG NORDESTE, 2016-2018

A Coordenadora Sra. Ormezita Barbosa lembrou que antes da Rede Pesca ser instituída, houve reuniões do CPG Nordeste no formato anterior que precisam ser recuperadas para dar continuidade aos trabalhos iniciados pelo setor neste espaço de gestão. Dessa forma, foram apresentados os encaminhamentos registrados em duas reuniões realizadas em 2016 e uma reunião extraordinária em 2018. Foi reiterada a importância de retomada deste CPG, bem como dos seus antigos encaminhamentos que permanecem vigentes até o momento. Assim, disse que a expectativa era que fosse possível propor novas ações e estratégias que permitam a resolução dos encaminhamentos.

A coordenadora comentou que a atual estrutura da Rede Pesca Brasil está sendo debatida internamente no MPA, em conjunto com o MMA, de forma a buscar ampliar a participação social nos CPGs. Visto que a presença de organizações da sociedade civil no processo de gestão é importante para implementação de medidas de ordenamento eficazes.

3.5. CENÁRIO NORMATIVO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO NORDESTE

Ao avançar com a pauta, o senhor Yoshiaki Miyazaki (SNPA/MPA) apresentou o conjunto de normas que estão vigentes na área de abrangência deste



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

CPG, sendo as bacias hidrográficas do rio São Francisco, rio Parnaíba, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental e Atlântico Leste.

O senhor Clarindo Pereira dos Santos (MPP) pede a palavra e comenta sobre a importância de apresentar o panorama dessas normativas ao setor, de forma a tornar as informações acessíveis e prevenir futuros problemas legais por falta de conhecimento do arcabouço legal.

3.6. DEMANDAS RECEBIDAS VIA SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

Neste item da agenda, a senhora Sandy Lima (SNPA/MPA) apresentou uma síntese das demandas recebidas ao longo do presente ano de 2023, pela atual pasta responsável por este CPG. As demandas foram divididas entre as categorias de ordenamento, territórios pesqueiros e integração de políticas públicas, além de solicitações de ouvidoria.

A Coordenadora, Sra. Ormezita Barbosa, observou que alguns dos itens apresentados não se enquadram nas competências do CPG, mas tem correlação com os objetos debatidos pelo grupo. Foi aberta a palavra para que os membros apontem suas observações e sugestões de demandas à coordenação.

A senhora Carolina Amorim Bittencourt (SNPI/MPA) pediu a palavra e comentou que entre as demandas apontadas relacionadas às solicitações de mudança de períodos de defeso, deverá ser selecionado pelo CPG a demanda prioritária. Para isso, foi perguntado a plenária qual destes períodos e espécies seriam mais urgentes para a região, para que assim fosse buscado o auxílio junto ao GTC e iniciado o debate de revisão, se necessário. Comentou, também, sobre o problema de insegurança jurídica gerado pelo desconhecimento das normativas por parte dos pescadores. Sugeriu, então, que fosse feito um levantamento em formato de planilha, por exemplo, com o conjunto de normativas da região para divulgação, em linguagem amigável e acessível, de informações sobre os períodos de defeso, os petrechos de pesca, as áreas de proibição, dentre outras.

A senhora Adriana Guedes Magalhães (SEMAS-PE) perguntou sobre para onde foram direcionadas às demandas encaminhadas pelo setor pesqueiro de Pernambuco, apresentadas na fala da senhora Sandy Lima (SNPA/MPA), para que pudessem fazer o acompanhamento. Foi explicado pela coordenadora que as informações foram recebidas pela SNPA no âmbito do Ministério.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

A senhora Maria Rita Barreto (CEPTA/ICMBio/MMA) solicitou que seja realizado levantamento bibliográfico e do conhecimento tradicional sobre os aspectos biológicos das espécies e do funcionamento dos petrechos de pesca direcionados a elas, para dar o suporte necessário na revisão das normativas.

A senhora Carolina Amorim Bittencourt (SNPI/MPA) retomou a palavra e solicitou que os órgãos de gestão da pesca estaduais contribuam com o levantamento e disponibilização das normativas, visto que existem normas além da esfera federal.

O senhor Patrick Freire (SEPA-MA) perguntou se existe algum processo de definição do período de defeso da pescada amarela, que tem uma exploração comercial muito grande, caso não tenha, foi sugerido que seja dado encaminhamento para se iniciar uma proposição neste sentido. Porém, a Coordenadora Ormezita Barbosa comentou que esta é uma espécie costeira-marinha, que não está nas competências deste CPG. Foi orientado que será dado conhecimento desta demanda ao CPG referente a área de ocorrência e pescaria da espécie.

Em seguida, foi encerrado o turno da manhã do primeiro dia de reunião do CPG Nordeste.

3.7. PLANO DE RECUPERAÇÃO DO PINTADO

O senhor Roberto Galucci (MMA) iniciou sua apresentação contextualizando que no ano passado o pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*) entrou na lista de espécies ameaçadas. No processo de discussão ficou evidenciado que os impactos à espécie não foram a pesca, e que há indícios de possíveis impactos gerados por empreendimentos de hidrelétricas. Dado isso foi construído um plano de recuperação para a espécie.

Na sequência apresentou os pontos que compõem o Plano de Recuperação, sendo eles: informações biológicas sobre a espécie; distribuição, destacando as bacias dos rios São Francisco, Paraná, Paraguai e Uruguai no Brasil, onde a espécie é nativa; principais ameaças, evidenciando que a interrupção das rotas migratórias (barramentos) e o aumento do aparecimento de indivíduos híbridos; justificativa para que a espécie tenha entrado na lista de espécies ameaçadas, pois diante de estudos realizados, identificou-se o declínio nas populações da espécie, devido às represas interromperem as migrações do pintado; etapas da construção do plano, ressaltando que foi publicada a Portaria nº 355, de 27 de janeiro de 2023,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

que oficializa o Plano de Recuperação do Pintado. Além disso, apresentou as medidas de recuperação que serão utilizadas para a espécie, incluindo iniciar a implementação de programas de monitoramento participativo e contínuo da pesca do surubim pintado, fomentar estudos para dimensionar o impacto dos híbridos de pintado, por meio de caracterização genética de amostras das populações remanescentes em todas as bacias de ocorrência e avaliar a viabilidade de envolver as hidrelétricas na manutenção do defluxo hídrico. E por fim apresentou a minuta da portaria de ordenamento para a espécie.

O Sr. Clarindo Santos (MPP) evidenciou a criação do plano tendo em vista a importância de proteger a espécie. E acrescentou que quando qualquer espécie estiver em perigo, o pescador deve contribuir para ajudar preservar, pois são os patrimônios naturais que eles possuem.

O Senhor Elton França (ABEP) questionou se há uma compilação de dados sistemáticos e ecológicos das principais espécies das bacias, para elencar quais são as espécies guarda-chuva, a fim de realizar estudos e possíveis planos de gestão para outras espécies.

A senhora Carolina Amorim da S. Bittencourt (SNPI/MPA) questionou quais seriam as consequências de haver uma recomendação que não seja cumprida dentro dos 2 (dois) anos após o plano, tendo em vista a complexidade de algumas recomendações.

Em resposta, o senhor Roberto Galucci (MMA) relatou que o plano de recuperação acaba dando visibilidade para a atividade pesqueira e demonstra que a pesca não é a principal ameaça.

Com relação aos dados sistemáticos e ecológicos, informou que o ICMBio faz um grande trabalho em buscar e organizar esses dados quando avaliam o estado de conservação das espécies.

Por fim, informou que os planos de recuperação foram elaborados a partir do ano de 2018, e ressaltou que a pandemia afetou nesse processo de acompanhamento desses planos, e portanto ainda não tem nenhum revisado. Além disso, relatou que o plano do pintado tem sido de maior sucesso, pois desde a sua publicação, está sendo mantida as reuniões periódicas com o setor pesqueiro e os órgãos envolvidos, diante disso, acredita que o processo de revisão após os 2 (dois) anos será bem mais tranquilo.

O Senhor Genivaldo Bezerra (CNPA) relatou que o surubim sumiu da região do Baixo São Francisco, e aponta que o principal motivo foram as barragens das hidrelétricas, causando o assoreamento dos rios e deixando de existir as cheias periódicas.

A Coordenadora Ormezita perguntou como o CPG Nordeste poderia contribuir com o grupo de discussão para recuperação do pintado. Em resposta, o



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

Senhor Roberto informou que os membros podem encaminhar informações para o MPA, uma vez que o órgão já é membro do grupo. Por fim, relatou que os membros ou participantes do CPG que desejarem participar diretamente das reuniões do grupo, podem manifestar interesse.

A Senhora Carolina Bittencourt (MPA) declarou que acredita ser importante repassar essas demandas para a SERMOP, tendo em vista que possuem um departamento específico para a pesquisa e poderiam contribuir com a temática.

3.8. PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DA FAUNA AQUÁTICA DO RIO SÃO FRANCISCO (PAN SÃO FRANCISCO)

A senhora Rita Barreto (CEPTA/ICMBio) iniciou sua apresentação relatando que o Plano de Ação Nacional é uma política pública do ICMBio conjuntamente com a avaliação do risco de extinção da fauna brasileira. Relatou que o PAN São Francisco, abrangerá e estabelecerá estratégias prioritárias de conservação para as seis espécies de extinção constantes na Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção, sendo elas, o cascudo (*Hypostomus subcarinatus*), barrigudinho (*Poecilia pertapeh*), Cascudinho (*Plesioptopoma curvidens*), Pirá-tamanduá (*Conorhynchos conirostris*), Pacamã (*Lophiosilurus alexandri*) e Surubim-pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*).

Ademais, informou os objetivos específicos que contemplam a atividade pesqueira. E por fim apresentou onde as informações sobre o PAN podem ser encontradas, sendo no seguinte link: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/pan/pan-sao-francisco>.

O Sr. Clarindo (MPP) evidenciou a importância dessas ações e relatou a presença de espécies exóticas, como exemplo citado, o bagre africano, dizendo que essas espécies colocam em risco a biodiversidade local.

A Senhora Carolina Bittencourt (MPA) questionou quais foram os pontos que os especialistas apontaram que precisam ser revistos nas normas de ordenamento.

Em resposta, a Sra. Rita Barreto esclareceu que em relação às espécies exóticas, eles possuem uma rede com diferentes entidades que é coordenado pelo ICMBio de Brasília e que o PAN São Francisco irá se integrar para que as ações sejam realizadas dentro do PAN também. Além disso, informou que houve uma grande sintonia entre as recomendações do PAN e as pautas apresentadas no CPG.

Por fim, se colocou à disposição para contribuir caso haja interessados em participarem das reuniões do PAN São Francisco.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

Com isso, finalizou-se o primeiro dia de reunião do CPG Nordeste.

3.9. INFORMES DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA

O Senhor Alyson Carvalho (SERMOP) apresentou uma síntese das ações que a secretaria está desenvolvendo, no qual relembrou a realização do Seminário Nacional sobre o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), dentre as principais demandas apresentadas estavam: 1) a criação do GT RPG; 2) melhorias no sistema; 3) ajustes no sistema; e 4) celeridade nas análises de cadastros. Com isso, informou sobre o lançamento do Sistema PesqBrasil Pescador e Pescadora Profissional, as ações da Campanha Pescador e Pescadora Legal, que tem por objetivo atender os estados que apresentam os maiores números de registros represados e dentre outras ações.

Além disso, apresentou os informes de registro e monitoramento de pescador profissional e de embarcação pesqueira, sistema de permissionamento das embarcações, por meio da IN MPA/MMA Nº 10/2011. Onde destacou que a Portaria SAP/MAPA nº 1.448/2022 ainda está sendo discutida, no que tange às embarcações continentais. Na sequência informou sobre a Portaria SAP/MAPA nº 1.239, de 01 de setembro de 2022 que estabelece os critérios, requisitos e procedimentos administrativos para a certificação e obtenção do Certificado de Vistoriador de Embarcação de Pesca.

Com relação ao monitoramento, relatou sobre o lançamento do primeiro módulo do PesqBrasil que foi o de mapa de bordo. E por fim, informou uma das ações prioritárias da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP), vem sendo a consolidação dos dados de monitoramento de desembarque pesqueiro distribuídos em diferentes iniciativas ao longo do Brasil, a fim de resgatar informações do monitoramento pesqueiro.

Na sequência, o Senhor Patrick Freire (SEPA-MA) propôs uma interação com a SERMOP, para que as informações oriundas da pesca e aquicultura geradas no estado do Maranhão sejam compartilhadas, a fim de melhorar a estatística pesqueira. Por fim, explanou sua preocupação com as demandas do RGP que estão represadas e se colocou à disposição para colaborar com as políticas e ações do Ministério.

Na sequência, a Sra. Rita Barreto (ICMBio) questionou se houve atualizações no PREPS. Em resposta, o Sr. Alyson relatou que já foram iniciadas algumas ações para que haja melhoria do sistema de monitoramento.

O Sr. Luís Gonçalves (Ouvinte) explanou que está havendo conflito de informações no cadastro do INSS e no do RGP, pois em um possui pesca em



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

reservatório e o outro pesca em represa, e segundo ele não há pesca em reservatório. Além disso, relatou a situação da emissão das carteirinhas por meio de protocolo com as datas equivocadas.

Em resposta, a Sra. Hellen Moya (SERMOP) informou que já alinharam o INSS e o DATAPREV com relação à esse problema, e relatou que já foi ajustado no novo sistema (PesqBrasil) e repassado para o DATAPREV, para a partir do momento em que eles receberem as informações ela já seja analisada corretamente. Por fim, relatou que só acontecem esses equívocos quando é solicitado como registro inicial, e quando isso acontecia, a instrução era solicitar a mudança no sistema.

A Sra. Maria José (CNPA) solicitou para que seja compartilhado o link do peticionamento eletrônico do SEI, pois relatou ser difícil encontrar o link ao pesquisar.

A Sra. Hellen Moya (SERMOP) informou que após a publicação da portaria, essa solicitação de mudança de datas poderá ser realizada diretamente no sistema e não mais por peticionamento eletrônico.

3.10. DEMAIS PLEITOS

3.10.1. PERÍODOS DE DEFESOS

A Sra. Sandy Lima (SNPA) apresentou uma planilha com os períodos de defesos vigentes para as bacias pertencentes à Região Nordeste do país. No qual, explicou a diferença entre o ordenamento dos períodos de defesos da pesca marinha e continental. Bem como, aproveitou para reforçar a necessidade de inscrições no Banco Técnico Científico para a instituição do Grupo Técnico Científico do CPG Nordeste.

A Sra. Maria José (CNPA) enfatizou a necessidade para que esses períodos sejam revistos em todas as regiões, com ênfase na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, tendo em vista que alguns podem ter apresentado mudanças, uma vez que as normativas são bem antigas. E se colocou à disposição para contribuir nas discussões.

Relataram a problemática do repovoamento realizado com espécies exóticas. Com base nisso, a Sra. Rita (ICMBio) informou que esse tema está entre as discussões do PAN São Francisco e consultou se poderia trazer essa discussão para ser debatida também dentro do CPG em conjunto com os membros.

O Sr. Yoshiaki Miyazaki (SNPA) relatou que o repovoamento não é algo simples de se fazer, e a longo prazo ele pode prejudicar o meio ambiente.

Diante da complexidade do tema, foi sugerido colocar como pauta da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

próxima reunião, no sentido de ir aprofundando os impactos para a pesca.

3.11. RECOMENDAÇÕES E DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES

A Coordenadora Sra. Ormezita Barbosa, iniciou a construção conjunta com os membros, das Recomendações da 1ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste, conforme estabelecido na Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022, que trata do Regimento Interno da Rede Pesca Brasil. Esclareceu o regramento estabelecido para a elaboração das Recomendações e deu-se início pedindo para a Secretária-Executiva, Sra. Erina Gomes, registrar no documento das Recomendações que consta no Regimento Interno, e que encontra-se discriminada na Tabela 01, em anexo neste documento.

Concluídas as Recomendações, que totalizaram 16 (dezesesseis), conforme apresentado na Tabela 01 em anexo no final desta Ata, a Coordenadora releu todas. Após isso, foi aberta a fala para membros realizarem alguma contribuição final, contudo não houve manifestação.

Por fim, a Coordenadora comunicou que de acordo com o Regimento Interno (Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022) o documento com as 7 (sete) Recomendações aprovadas pelos membros na 1ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste estarão no site do MAPA, em até 5 (cinco) dias úteis após a reunião, bem como todas as documentações pertinentes à presente reunião.

Não havendo outros assuntos e manifestações e antes do encerramento formal da sessão, a Coordenadora convidou todos os presentes no auditório e em videoconferência para o registro fotográfico da reunião.

4. ENCERRAMENTO

A Coordenadora do CPG Nordeste agradeceu a presença de todos, destacando a importância da retomada desse espaço de discussão e que a reunião apontou temas e encaminhamentos importantes. Em seguida, declarou encerrada a 1ª Sessão Ordinária do CPG Nordeste, desejando uma boa tarde aos participantes.

Tabela 01. Recomendações da 1ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste - CPG NORDESTE da Rede



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, ocorrida em formato híbrido pela plataforma Google Meet, nos dias 30 e 31 de agosto de 2023, em Brasília/DF.

RECOMENDAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO *
REC 1/2023:	Instituir o Grupo Técnico Científico (GTC) do CPG Nordeste.	MPA	Até a próxima reunião.
REC 2/2023:	Compartilhar o edital para inscrição no banco técnico científico.	CPG Nordeste	Até 40 dias.
REC 3/2023:	Produção de um material de divulgação das normas de ordenamento pesqueiro vigentes das bacias abarcadas pelo CPG Nordeste.	MPA	Até a próxima reunião.
REC 4/2023:	Levantamento das normas de ordenamento pesqueiro estaduais e disponibilização aos membros dos CPG NE.	Órgãos estaduais membros do CPG Nordeste	Até a próxima reunião.
REC 5/2023:	Encaminhar para as entidades e órgãos demandantes do estado de Pernambuco os contatos e a manifestação de interesse da SDA - PE em acompanhar as demandas recepcionadas pela SNPA apresentadas no CPG Nordeste.	MPA	Até 40 dias.
REC 6/2023:	Encaminhar a relação dos períodos de defeso para as instituições representativas da área de abrangência do CPG Nordeste, solicitando a identificação dos defesos prioritários para revisão.	CPG Nordeste	Até 40 dias.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

REC 7/2022:	Encaminhar para o MMA a lista de organizações interessadas em participar do subgrupo do Plano de Recuperação do Pintado/Surubim.	Coordenação CPG Nordeste	Até 40 dias.
REC 8/2023:	Recomendar ao Subgrupo do Plano de Recuperação do Pintado/Surubim para que tratem a bacia hidrográfica do rio São Francisco de forma regionalizada, considerando o alto, médio, submédio e baixo São Francisco.	MPA	Até 40 dias.
REC 9/2023:	Encaminhar à Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa do Ministério da Pesca e Aquicultura (SERMOP/MPA) as demandas de monitoramento e pesquisa presentes no Plano de Recuperação do Pintado/Surubim.	MPA	Até 40 dias.
REC 10/2023:	Levantar e sistematizar estudos de impacto da presença de espécies exóticas na bacia do rio São Francisco.	GTC	A definir, a partir da criação do GTC Nordeste.
REC 11/2023:	Apresentar para o CPG Nordeste um documento síntese sobre as medidas de ordenamento que precisam ser revistas, de acordo com o PAN São Francisco.	CEPTA/ICMBIO	Até 40 dias.
REC 12/2023:	Encaminhar à SERMOP lista de entidades interessadas em fornecer informações e dados de registro e monitoramento	CPG Nordeste	Até 40 dias.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

	da atividade pesqueira.		
REC 13/2023:	Incluir na pauta da próxima reunião do CPG Nordeste a discussão e avaliação sobre repovoamento de espécies.	CPG Nordeste	Até a próxima reunião.
REC 14/2023:	Solicitar ao IBAMA e órgãos estaduais quais são os procedimentos legais para realizar o repovoamento de espécies.	CPG Nordeste	Até 40 dias.
REC 15/2023:	Identificação das UHEs, PCHs e empreendimentos de energia solar, no rio São Francisco, em atividade e em previsão de instalação.	IBAMA e MMA	Até a próxima reunião.
REC 16/2023:	Solicitar que o PAN São Francisco realize uma apresentação sobre as ações relacionadas às articulações sobre vazão ecológica.	CEPTA/ICMBio	Até a próxima reunião.

* Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.

Próxima reunião: Maio de 2024 (quarta semana de maio - 20 a 24 de maio).